

Instrumentos da reforma agrária:
um estudo de caso da
Comunidade Rural de Sebastião Lan II

Introdução

Em uma casa construída ao longo de 20 anos, num acampamento ainda não regularizado, Georges hospedou em 2018 pela última vez um estudante de doutorado – o autor deste artigo. Trata-se de uma pesquisa de longa duração, acompanhada pelo Observatório Fundiário Fluminense² e pelo GT Ecosocial.³ Passaram por lá muitos estudantes, professores, pesquisadores de universidades, de institutos ambientais, agropecuários e de reforma agrária, mas a comunidade rural segue uma luta cotidiana para sua reprodução social. Nossa análise refere-se a um “pré-assentamento”, um projeto de assentamento, retratado como a comunidade rural de Sebastião Lan II, vizinho à Reserva Biológica de Poço das Antas, município de Silva Jardim (apesar de ser próximo da sede da cidade de Casimiro de Abreu), no Vale do São João.

Georges é uma palavra de origem grega que significa “trabalhador da terra”, que será nosso pseudônimo para citar os entrevistados de uma pesquisa sobre a implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na comunidade rural de Sebastião Lan II⁴ (RJ).

¹ Docente do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisador do Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná (CERU/UFPR), do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF/UFF) e do GT Ecosocial (UFF), mestrado e doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rodolfolobato@hotmail.com.

² Núcleo de pesquisa coordenado pela professora dra. Ana Maria Motta Ribeiro – Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ Núcleo de pesquisa coordenado pelo professor dr. Wilson Madeira Filho – Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴ Geórgia será a versão feminina do pseudônimo. Os entrevistados diretamente pela pesquisa que deu origem a esse artigo serão identificados como Georges ou Geórgia A, B, C e D; e os entrevistados por terceiros em relatórios que serão utilizados como fontes secundárias serão

Surgiu como um acampamento em 1997, mas passou a ser reconhecido social e institucionalmente como uma comunidade rural. Uma comunidade que passou por tantas avaliações, estudos e pesquisas, que constitui uma singularidade que nos permite identificar pistas e indícios do processo permanente de manutenção de uma situação de liminaridade social e jurídica, no que tange à falta de acesso a direitos e dignidade.

Por que investigar os instrumentos técnicos de reforma agrária e não as próprias teses e estudos que foram aplicados nessa comunidade rural? Simplesmente porque os instrumentos a serem tratados neste artigo estavam corretos para uma finalidade pretendida, que é a constituição do PDS em questão. Mas esse projeto tornou-se uma proposta politicamente inexequível. Isso não significa que estavam incorretos, mas que há indícios permanentes de que nas autarquias se reproduz uma perspectiva positivista ou etnocêntrica que é intrínseca às ferramentas técnicas para a reforma agrária ao retratar a mudança de posição social de trabalhadores rurais sem-terra. Há, portanto, um *modus operandi* que pode sinalizar vícios por vezes inconscientes de idealização dos movimentos sociais ou de resignação, utopias ou conservadorismos – simultaneamente. Em suma, há uma ordem pública e um sentido de progresso que se baseia no consentimento e, por vezes, no silenciamento político de indivíduos por meio da negação de ambiguidades das relações sociais.

Uma das grandes bases sobre as quais as ciências sociais buscaram sua razão de ser refere-se à divisão social do trabalho, que não considera apenas as aptidões específicas dos indivíduos, mas os instrumentos e ferramentas de trabalho que, em vez de servir aos homens, passaram a dominar sua consciência. As percepções (positivas e negativas) dos pesquisadores acabam por encobrir o fato de que o signo da necessidade, sob o qual vivem comunidades em situações de transição, é um sentido pelo qual emerge uma realidade que é essencialmente contingente, provisória, mas não aleatória nem necessária.⁵

A busca por reconhecimento social e legal de beneficiários da reforma agrária passa a ser indissociável das racionalidades presentes nas mais diferentes instituições do Estado, que toma forma em instrumentos técnicos distintos. Neste artigo, pretendemos estudar duas ferramentas utilizadas (o Relatório Ocupacional e o Relatório de

identificados como Georges (ou Geórgia) X ou Y – como nos casos dos relatórios produzidos pelo Incra.

⁵ Bourdieu (2014) enfatiza três cuidados metodológicos: a necessidade de saber o que é historicamente construído – sem naturalização; que há lógicas específicas dos processos sociais que por vezes se diferenciam da lógica clássica, formal e pretensamente universal; e, por último, que o objeto de estudo da sociologia é provisório, não aleatório e não necessário.

Viabilidade Ambiental) como *locus* privilegiado para compreender as complexidades e as possibilidades diante dos limites de modelos de desenvolvimento preconcebidos dos agentes do Estado.

No estudo de caso em questão há uma disputa permanente para o ordenamento do território do Vale do São João, entre o discurso em prol do desenvolvimento agrário e o preservacionista – não que sejam opostos, mas mobilizam diferentes esferas simbólicas. Para além de uma forma monolítica de se pensar as instituições, devemos compreender que há uma disputa por hegemonia dentro de seus quadros técnicos e profissionais. Percebe-se a disputa entre as autarquias na imposição de suas missões como hierarquicamente superiores na burocracia do Estado, que se combina com o poder de mobilização de diferentes agentes para a determinação de suas agendas.

Essa disputa por hegemonia parece mais uma luta por uma melhor posição na “hierarquia” ideológica e burocrática do Estado. Na tese desenvolvida na “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”, Marx (s/d) oferece uma contribuição ao classificar os órgãos do Estado como “corporações incompletas”, onde o próprio Estado se apresenta como estrutura burocrática completa. Essa noção de “completude” se dá justamente por hierarquizar os demais organismos para manutenção da ordem estabelecida, em que há uma mútua dependência entre diferentes órgãos (ou autarquias) na construção da burocracia estatal. Essa disputa por poder pode, por exemplo, subjugar a missão institucional de uma autarquia sobre a outra, aparentemente contraditórias. Essa leitura possibilita uma melhor análise da conjuntura institucional do território específico deste artigo.

No caso em estudo, o conflito surge na Zona de Amortecimento da Reserva Biológica de Poço das Antas, a primeira unidade de conservação desse tipo no Brasil e ícone de sucesso entre preservacionistas no mundo inteiro.⁶ Assim, a preservação aparece como um “sinal” para compreendermos os sentidos da burocracia e a própria indicação de uma modalidade de projeto de assentamento ambientalmente diferenciado, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), no lugar de um assentamento convencional, para a comunidade de Sebastião Lan II.

As dúvidas em relação ao formato do assentamento e a direção dos estudos técnicos para viabilidade ambiental e econômica do PDS Sebastião Lan II não refletiram, *a priori*, uma neutralidade científica, mas uma técnica de produção de dados com pressupostos na

⁶ A justificativa para a criação da reserva foi a preservação do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), espécie com risco de extinção, em consonância com os riscos advindos da intensa degradação da Mata Atlântica.

legislação e no projeto político e econômico “acordado” entre as partes (Inkra, Ibama/ICMbio e Ministério Público Federal).

Além da pesquisa de campo, este artigo tem como base empírica a coleta de dados esparsos, dispersos em processos administrativos, memória de reuniões, relatórios e pesquisas, desenvolvidos por pesquisadores e técnicos. Ou seja, enquanto a comunidade rural continua sem ser legalmente regularizada, a burocracia, formalizada em relatórios institucionais, aparece como objeto de análise. Assim, para investigar as dinâmicas sociais em Sebastião Lan II ao longo do tempo, utilizamos metodologicamente o paradigma proposto por Ginzburg para compreender os elementos da realidade, ou observar as “zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

Contextualização do Vale do São João

O “rústico”, o “rude”, o agricultor familiar do Vale do São João mantém um movimento permanente de ocupação e expulsão, retomada e perda, que representa um espaço privilegiado para reflexão. As diferentes conjunturas se desenham dinamicamente em variadas formas de conflito entre agentes e agências, em tensão permanente acerca de direitos sobre a posse e a titularidade da terra e da construção de legitimidades para o ordenamento do território.

Esses projetos para reconstrução social da agricultura, ou para *rerruralizar*⁷ um território anteriormente impactado pela monocultura (RIBEIRO, 2005), têm como traço comum contradições que não podem ser concebidas de uma forma binária: atrasados ou modernos, ecológicos ou agrícolas, mas como expressão de conflitos socioambientais. Segundo Acselrad (2004), os conflitos ambientais devem ser trabalhados, simultaneamente, em duas dimensões de apropriação: material (poder e recursos) e simbólica (valores e representações). Como consequência, o referido autor define conflito ambiental como aquele que envolve os modos de apropriação, usos e significados do território. Sob outra perspectiva, o caso relaciona-se a uma questão de justiça ambiental, em que determinadas comunidades ou grupos sociais são vítimas de um modelo desenvolvimentista (ALIER, 2007; MADEIRA FILHO, 2002).

⁷ “Do ponto de vista dos agentes sociais relacionados ao agrofiuminense, verificou-se um contra movimento que poderíamos designar como ‘rerruralização’ e que se estabelece em duas direções como reação à desagregualização. A partir dos anos 1980, aproximadamente, começa a ocorrer uma ocupação fundiária, em geral conduzida por uma classe média, ligada à produção agrícola, [...] e com suporte simbólico carregado de consciência ecológica. [...] De outro lado, verifica-se uma ocupação pelo movimento social organizado, que encontra resistência de todas as formas” (RIBEIRO, 2005, p. 160).

Da composição de uma noção de território com relação aos conflitos para a construção de um assentamento de reforma agrária, temos como referência os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, proposto por Haesbaert (2004). Dessa forma, contemplamos uma história social do Vale do São João sob a ótica de um movimento circular ou pendular de ocupação, expulsão e reocupação das suas terras. Aconteceu de a territorialidade tradicional ser praticamente destruída, permitindo uma recodificação ou “reterritorialização complexa, que, ao mesmo tempo em que destrói as territorialidades prévias, reincorpora-as e produz uma nova forma territorial de organização social” (HAESBAERT, 2004, p. 197).

O projeto de modernização do Vale do São João e o seu “desenvolvimento”, ao mesmo tempo que representou uma expansão da fronteira agrícola fluminense, na década de 1970, também promoveu a rearticulação das elites rurais com o capital especulativo imobiliário, mediante a expropriação de pequenos posseiros da região e a combinação de grandes obras/devastação ambiental, com a onstrução de ilhas de preservação ambiental (MADEIRA FILHO *et al.*, 2007). O “negócio da terra” passou a interessar não somente àqueles latifundiários, mas a “setores de classe média [...] que começaram a adquirir terra para [...] especular, para montar ‘sítios de fim de semana’, ou até [...] atividades agrícolas [...] através do Estado” (PALMEIRA, 1994, p. 50).

A região do Vale do São João na década de 1970 foi alvo de ações governamentais para a implantação de projetos agropecuários, da monocultura de arroz, com a construção da barragem de Juturnaíba, além da construção de canais para drenagem da região, um “pacote” de obras civis, com o uso de insumos químicos, agrotóxicos e irrigação (BINZSTOCK, 2001).

A política desenvolvimentista dos governos militares teve como efeito um processo de “desagriculturalização” nas décadas de 1980-1990 no estado do Rio de Janeiro. A elevação da concentração fundiária e a urbanização têm como sintoma e exemplo o fracasso da produção de arroz na região do Vale do São João, a partir da abertura econômica, dentro de uma lógica neoliberal. Menezes (1999) demonstra que a década de 1990 é marcada tanto pelo sentimento de abandono da oligarquia nacional como pela redução da participação governamental na elaboração e execução da política agrícola como características da política neoliberal (MENEZES, 1999).

Tabela 1 – Distribuição rural-urbana da população do Rio de Janeiro – 1950/2010

	Urbana %	Rural %	Total
1950	3.392.591 72,58	1.282.054 27,42	4.674.645
1960	5.252.631 78,90	1.397.015 21,01	6.649.646
1970	7.906.146 87,90	1.088.656 12,10	8.994.802
1980	10.368.191 91,82	923.329 8,18	11.291.520
1991	12.199.641 95,25	608.065 4,75	12.807.706
1996	12.806.448 95,6	599.891 4,44	13.406.379
2000	13.821.466 96,04	569.816 3,96	14.391.282
2010	15.464.239 96,71	525.690 3,29	15.989.929

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

No gráfico sobre a distribuição rural-urbana da população do Rio de Janeiro podemos contemplar uma redução significativa da população rural entre a década de 1950 e o ano de 1991. Nesse período, enquanto o mundo rural fluminense perdeu uma população de 673.989 habitantes, ou seja, uma redução de cerca de 48% da população rural, a população do estado aumentou em aproximadamente 270%.

Fundamental para a análise dos dados é a resistência dos trabalhadores rurais, organizados ou não, em deixar o campo. O início dos anos 1980 foi marcado pela modificação de algumas tendências dominantes no período anterior, em especial devido ao enfraquecimento do regime militar. O processo de redemocratização foi contemporâneo ao nascimento do Movimento dos Sem Terra (MST), à reorganização da Contag e ao fortalecimento da Comissão Pastoral da Terra. Sob as bandeiras “Sem reforma agrária, não há democracia” e “A ocupação é a única solução”, o MST, recém-organizado no estado do Rio de Janeiro, intensifica as ocupações e aumenta o número de assentamentos, ao mesmo tempo que a própria elite rural se reorganiza (STEDILE; FERNANDES, 2012).

A partir do início da década de 1980, a economia brasileira entrará em um longo período de estagnação econômica. A luta pela terra adquire então outro contorno, pois não se tratava mais de lutar apenas contra a expulsão das terras, mas sim por alternativas de sobrevivência. Como

destaca Medeiros (1999), o acampamento Campo Alegre (Nova Iguaçu - RJ) é simbólico, pois não se tratava apenas de recriar um modo “camponês”, mas de buscar sobrevivência, conjugando o trabalho agrícola com outras atividades ou rendas.

Na década de 1990, conjuntura da ocupação para o acampamento de Sebastião Lan II, estávamos sob o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que defendia a integração econômica através do “mercado”. Portanto, a política nacional de reforma agrária foi implantada para, mais do que uma reforma no regime de propriedade, permitir uma inclusão social ao capitalismo moderno. Para Martins (2003), essa política teve por objetivo, por meio da redistribuição de terras, ressocializar populações marginalizadas pelo desenvolvimento econômico.

Nessa circunstância, faz-se necessário relatar sucintamente a história dos projetos de assentamentos, em específico a relação com o assentamento Sebastião Lan I e o projeto homônimo número III, pois o entorno da Reserva Biológica foi não apenas alvo de um processo de grilagem de terras, mas também de uma reocupação pelo movimento social organizado, retornando a área para o domínio público. A mobilização de trabalhadores pelo MST, Fetag e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio culminou na reocupação de terras que “sobraram” da implantação da unidade de conservação. Os supostos “donos” se “beneficiaram” de investimentos públicos (retificação de rios e drenagem dos terrenos), somados à corrupção de agentes privados e públicos.

No dia 21 de junho de 1997 surgia o primeiro acampamento, onde hoje fica o assentamento Sebastião Lan I, com a mobilização de cerca de 300 famílias. A escolha do nome representou uma homenagem à memória do ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio (assassinado). Além das ameaças e da coação, a reação dos fazendeiros ocorreu, via Poder Judiciário, para reintegração de posse.

Seis meses depois da primeira ocupação (Sebastião Lan I, Gleba Sul), algumas famílias transferiram-se para o outro lado do canal do rio São João, e estabeleceram o acampamento no chamado Brejão (Sebastião Lan II, Gleba Norte), que “pertencia” à fazenda Arizona. Tanto a área ocupada da fazenda Sobara quanto à área ocupada da fazenda Arizona foram frutos de grilagem, terras incorporadas após a canalização do rio São João e do rio Aldeia Velha. Limites naturais entre as fazendas e a Reserva Biológica que, canalizados, “aumentaram” as áreas das respectivas fazendas em detrimento da unidade de conservação.

Ainda em 1997, a possibilidade de ocupar outra área, identificada também como ilha Tinguiba (e futuramente escolhida pelo movimento social como futuro Sebastião Lan III), surge como alternativa. Essa área “emergiu” após a construção da barragem de Juturnaíba, uma terra

devoluta ilegalmente ocupada por alguns fazendeiros. A tentativa de ocupação foi assim relatada por um dos entrevistados:

Aquela área era melhor que o Sebastião Lan I e II, a gente já tava de olho... tinha muita gente... Derrubamos a cerca, colocamos cercado pra porco e começamos a arrumar as barracas... No dia seguinte, já tinha um e outro olhando a gente... Eles intimidavam e a gente também intimidava. Até que no início da tarde foi tiro de até metralhadora, a gente deixou tudo lá: porco, galinha, barraca, panela. Até roupa presa no arame farpado na hora da correria. (Georges C, entrevista 2017)

Com o passar dos anos, o assentamento Sebastião Lan I, por uma série de motivos, foi condenado pela justiça, e tornou-se teoricamente “inviável” (sentença que ainda gera controvérsias). A área do Sebastião Lan III continua ocupada ilegalmente por fazendeiros. Mas, ao longo do tempo, muitas mudanças aconteceram no perfil dos sujeitos envolvidos nas disputas de terras no Vale do São João. Pereira (2008) organiza os dados relativos a esse tipo de mudanças da seguinte forma: década de 1980, disputas entre Estado e fazendeiros; década de 1990, disputas entre Estado e trabalhadores rurais sem-terra; e, a partir do ano 2000, disputas entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O artigo tem como marco histórico a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Incra e o Ibama para a viabilização de um modelo de reforma agrária em harmonia com a preservação ambiental do entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas. Apesar da exigência de um licenciamento ambiental frear a implementação do assentamento rural, ela permite-nos refletir sobre a permanência dos dilemas pretéritos (suposta incompatibilidade entre a reforma agrária e a preservação do meio ambiente) através de instrumentos técnicos que *a priori* representariam a superação desses impasses.

Considerações sobre o PDS

Em suas considerações iniciais, o Termo de Ajustamento de Conduta, que deveria orientar a ação das diferentes instituições públicas sobre o território, já indicava o PDS como diretriz fundamental para o acordo entre as partes (comunidade e órgãos do Estado). Para compreender os diferentes estudos sobre essa população, fazem-se necessárias algumas observações preliminares sobre essa modalidade de reforma agrária, que se diferencia de um assentamento convencional. Ainda nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a passagem de Raul

Jungmann pelo Ibama e, em seguida, pelo Inbra (em ambas as autarquias como presidente) é fundamental para compreender a Portaria Interministerial nº 1, de 24 de setembro de 1999.

Essa Portaria visava instituir uma Comissão para criar, no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária, uma modalidade de reforma agrária que compatibilizasse os direitos das populações que fazem uso sustentável de recursos naturais, com a proteção ambiental das florestas nativas. A modalidade de PDS foi criada em 1999,⁸ com a intenção de conciliar os projetos de assentamento rural com os interesses ambientais. Inicialmente, seu modelo foi pensado para atender às especificidades da Região Amazônica, ao respeitar uma dinâmica florestal e social específica, onde há uma expectativa de confluência das atividades produtivas e das práticas de conservação dos recursos naturais.⁹

Lepri (2011) chama-nos a atenção para o fato de que 80% das áreas incorporadas à reforma agrária, no governo Lula, foram oriundas de Projetos Ambientalmente Diferenciados (PADs), nos quais se inclui o PDS. A autora diferencia os PADs dos Projetos de Assentamento Convencionais (PACs), cujo arcabouço legal privilegia a democratização da propriedade da terra por meio da titulação dos beneficiários. Em outra direção, no PDS os beneficiários detêm a “Concessão de Direito Real de Uso”, na qual a posse da terra é assegurada mediante algumas condições e usos específicos.

A autora trabalha com a hipótese de que os projetos ambientalmente diferenciados da reforma agrária, em geral localizados em terras públicas da Amazônia, foram, com as terras indígenas e as unidades de conservação, fundamentais como instrumento de defesa de direitos (territoriais e humanos). A resistência socioambiental à expansão da fronteira agrícola, nos moldes da Revolução Verde, consumiu recursos naturais e concentrou terras. Nesse sentido, esse modelo apresenta-se como uma resposta, uma conquista dos movimentos sociais para a institucionalização de formas diferenciadas de convívio com a natureza, de formas diferenciadas de produção e de propriedade (posse) da terra.

A adaptação de um modelo originariamente destinado a cumprir finalidades específicas para a região Norte, torna-se um desafio para o Inbra do Rio de Janeiro, principalmente pelo fato de essa experiência acontecer simultaneamente em dois contextos territoriais diferentes. De um lado, o projeto de PDS Oswaldo de Oliveira, uma terra desabitada na qual o Inbra deveria inserir os beneficiários da reforma agrária. E, de

⁸ Portaria Inbra nº 477 de 1999.

⁹ Cartilha “Metodologia para implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS”, abril 2006. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Inbra / Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrária – SD / Coordenação-Geral Técnico – SDT / Divisão de Implantação – SDTI.

outro lado, o projeto de PDS Sebastião Lan II, no qual já existia uma comunidade que precisava ser assentada e ter sua terra e produção regularizadas. Duas dinâmicas distintas que desafiavam o modo tradicional de se fazer reforma agrária em terras fluminenses. Assim são mobilizados os instrumentos técnicos.

Instrumentos técnicos da reforma agrária

Mais do que apenas criticar os instrumentos adotados para retratar o campo, mais do que julgar os profissionais responsáveis pela produção dos relatórios técnicos, queremos refletir e compreender dinâmicas que são invisíveis aos operadores do Estado e à racionalidade burocrática. A partir de pistas e movimentos que aparentemente se contrapõem ao espaço e à temporalidade oficial, temos como referência uma realidade que escapa à lógica dos instrumentos técnicos e revela, mesmo que inconscientemente, um caráter político das ferramentas para transcreever a complexidade do real, suas contradições e possibilidades.

Sobre a noção de mudança podemos relacionar o processo de ressocialização no mundo rural, através da reforma agrária, como uma forma de transição de valores tradicionais para uma noção de modernidade imposta por projetos estatais ou pelos próprios movimentos sociais. Há, para José de Souza Martins (2003), uma luta do campesinato contra o desenraizamento. Apesar disso, diante da possibilidade de assentamento, a mediação de autoridades do Estado na constituição desse futuro agricultor exige dos indivíduos envolvidos a incorporação de “recursos materiais, sociais e simbólicos, que possibilitem a aquisição de nova posição” social (NEVES, 1997, p. 20). Os trabalhos de Delma Pessanha Neves ajudam na releitura desses documentos técnicos, a partir de noções de “desenraizamento” e “reinraizamento”, não como deslocamento físico, mas sim como deslocamento social.¹⁰

Mas esse “reinraizamento” não acontece num espaço social vazio e sim em uma comunidade minimamente estabelecida. Portanto, descrever o perfil de um cidadão ou do solo, aptos a serem enquadrados nos parâmetros legais para integrar a política de reforma agrária, dependerá, muito, dessa fotografia resultante do trabalho técnico-científico do profissional responsável por tirá-la e projetar seu movimento, percebendo a potencialidade além do momento presente. Ao contemplar uma

¹⁰ Segundo a concepção dos técnicos mediadores das instituições oficiais, o termo assentado traz à tona uma situação de desestruturação dos padrões de vida anterior, um momento de liminaridade, de provisoriedade, de ressocialização e de internalização de novas regras de conduta e de elaboração de projetos quanto ao futuro. Para os assentados, há sempre a referência à superação de uma situação caótica, relativamente descentrada, e a sua reconstrução pela consolidação da ordem social. [...] há de fato uma reestruturação do passado e do futuro (NEVES, 1997, p. 21).

comunidade rural a partir de determinados limites técnicos, legais ou funcionais, corremos o risco de naturalizar relações sociais. A releitura dos relatórios a seguir passa a constituir fontes fundamentais para a reflexão acadêmica sobre a comunidade rural de Sebastião Lan II e sobre o lugar de pertencimento dos agentes responsáveis pela política de reforma agrária.

Fotografia social

A fotografia em questão refere-se, inicialmente, ao “Relatório sobre a situação ocupacional no Acampamento Sebastião Lan II, situado na área do Brejão, município de Silva Jardim, Rio de Janeiro”, elaborado com ênfase social, econômica e ambiental. Por ser um requisito para as análises de viabilidade do projeto de assentamento, esse documento teve a responsabilidade de atender condicionantes do Ministério Público Federal, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Com a duração de um ano, entre 2010 e 2011, o trabalho teve como destaques as informações sobre a trajetória de cada uma das famílias que naquela época ocupavam os lotes e a temporalidade de ocupação. Após identificar o nome, a idade e o nível de instrução do “acampado”, o entrevistador questionava sobre os obstáculos encontrados no desenvolvimento das culturas e criações e, por fim, as fontes de renda.

Utilizaram-se como critério de perfil ocupacional três modalidades: 1 - **morador** que, “em geral, aparece com sua companheira. É visível a organização e ordenação dos móveis da casa. Esse morador tem orgulho do terreno, o plantio é visível e há o que retirar como produção” (INCRA, 2012, XLI); 2 - **ocupante**, que não reside na fração, mas produz; e 3 - **ocupante não produtivo**, constituído por moradores recentes (ingressantes por volta de 2007), que geralmente não residem e não auferem nenhuma renda com os cultivos.¹¹

Quanto à classificação de “ocupante não produtivo”, é interessante verificar como essa categoria possui variações, de acordo com a realidade encontrada. A primeira variação diz respeito a seis lotes identificados inicialmente como “moradores”, mas posteriormente classificados como “ex-ocupante não produtivo” e, em outra circunstância, como “ocupantes não produtivos”. Mas, para fechamento do relatório, e para “efeitos de

¹¹ Descrição sobre o perfil: “... ainda que presentes no acampamento por longa data, o que apenas se detecta, quando das vistorias, é a forte presença do rebanho bovino. [...] Alguns, durante o período da pesquisa, comparecem ao lote, aguardam pela entrevista, mas suas respectivas moradias situam-se como que abandonadas, o interior insalubre, desnorteado. Há também dos que somente aparecem na área do acampamento durante os finais de semana e, ainda assim, não se prontificam para as entrevistas, quando procurados” (INCRA, 2012, p. XLI).

estatística” (*sic*), foram considerados vagos. Desses lotes, cinco têm as seguintes ressalvas: “Na entrevista de junho de 2011, este lote passou a ser configurado como abandonado. O Sr. Georges passou o mesmo para outrem” (INCRA, 2012, *passim*), descrições que dão conta de uma mobilidade permanente. Em outro lote, o responsável não quis dar entrevista, alegando depressão, mas “para efeito de estatística, o lote doravante será considerado vago” (INCRA, 2012, *passim*). Ou seja, há espaço para interpretação, pois deliberadamente considerou-se como vagos lotes que tinham, no mínimo, indícios de ocupação.

Essas descrições estão em sintonia com a análise de Neves (1997), quando afirma que o processo de seleção dos candidatos constitui um dos momentos-chave para compreender a relação de autoridade e de poder dos técnicos sobre os futuros assentados. Outro relato, sobre um “ocupante não encontrado” é rico em detalhes e ilustra a situação:

Durante o período em que o presente trabalho foi desempenhado, Georges X não compareceu em seu terreno para a entrevista. Uma vez, apareceu em pleno sábado, pela manhã, na estrada [...] junto com uma mulher e com Georges Y, outro pleiteante de terreno [...] O entrevistador explicou que, àquela hora, estava com entrevista marcada. Não poderia atendê-los; estava seguindo o planejamento. [...] Embora os argumentos do entrevistador fossem plausíveis, nem Georges X nem Georges Y sentiram-se satisfeitos, passando então a pressionar o entrevistador, primeiro exigindo uma entrevista, depois comentando que não tinham tempo para ficar à espera do Incra, sentados em cima do terreno. Tinham mais o que fazer da vida, até porque, segundo os mesmos, possuíam emprego definido em suas respectivas cidades [Araruama e Nova Iguaçu]. [...] Avaliando o comportamento de ambos, o entrevistador classificaria tanto um como outro como pessoas arrogantes, para não dizer agressivas. (INCRA, 2012, p. 129)

Em 2011, o pesquisador identificou 79 (setenta e nove) lotes. Como três desses lotes eram conjugados, reduziu-se o número total para 76. Com base na metodologia descrita, o relatório registra 38 moradores, 11 ocupantes, 13 ocupantes não produtivos, e três ocupantes não encontrados. O trabalho tem a qualidade de questionar e relativizar algumas questões referentes à produção, em função da análise dos dados coletados.

Alguns acampados escusam pela não produção devido ao fato que “a terra nada dá”, independente dos episódios de cheias [...] A avaliação dessas informações também se prestaria a futuros esclarecimentos, a partir do momento em que o acampado viesse a ter contato com algum tipo de assistência técnica. (INCRA, 2012, p. XXXVIII)

Quanto à ocupação territorial, o levantamento encontrou as seguintes situações com referência a um total de 76 lotes:

Tabela 2 – Situação ocupacional de Sebastião Lan II

Núcleo social	Lotes
Associação	1
Morador	38
Ocupante	11
Ocupante não produtivo	13
Não encontrado	3
Lote abandonado	1
Vago	9

Fonte: Incra, 2012, XLIII.

Na tentativa de descrição dos núcleos sociais, o autor do relatório identifica 27 núcleos sociais, que se constituíram via MST, sendo que quatro outros núcleos chegaram a terra em torno de 2001, via Fetag. Em entrevistas realizadas em 2017, constatou-se que esses núcleos originais foram organizados principalmente pelo MST, divididos e mobilizados por municípios, com coordenação realizada em conjunto pela Fetag e o MST.

Na sequência, o relatório identifica três núcleos resultantes de tentativas infrutíferas nos projetos dos assentamentos Sebastião Lan I e III. Sem interferência do movimento social, o autor revela 11 núcleos aceitos pela Associação do acampamento, sendo quatro desses núcleos pertencentes a ex-arrendatários da antiga fazenda, antes da ocupação. Por fim, descreve “dois núcleos cujos participantes declararam-se integrantes de um acampamento tardio, composto na área conhecida como Sapê” (INCRA, 2012, p. XLIII).

A área do Sapê (assim denominada no relatório) foi a principal discordância da comunidade em relação ao documento descrito. Mas o relatório produzido não deve ser desqualificado, uma vez que apenas sinaliza a dificuldade de um estudo sobre um acampamento, sobre uma população em situação de mudança de posição social. Essa área foi ofuscada pelos próprios moradores nas incursões a campo do profissional do Incra, pois se tratava de uma área de ingresso de novos ocupantes, uma espécie de laboratório para avaliar a possibilidade desses novos membros ingressarem na comunidade. Essa característica contrariava qualquer previsibilidade

legal, mas ao mesmo tempo significava uma renovação constante e oxigenação do movimento de ocupação da terra.

Questionados sobre a vontade de permanecerem no assentamento com um novo parcelamento a ser concedido pelo Incra, o relatório aponta 68 respostas positivas e 32 negativas. Esse dado revela, inicialmente, a consolidação e a referência que os assentados já possuem com os seus respectivos lotes. Mas também pode significar já uma interferência do perfil de assentado que o pesquisador tem em mente e expressa, consciente ou inconscientemente, no momento da entrevista. Tendo em vista que não houve um trabalho de educação ambiental ou de conscientização prévio sobre o PDS, ao se questionar sobre a possibilidade de migração para uma futura postura diferenciada em relação ao meio ambiente, o número de 32 respostas negativas parece até pequeno. Sobre o perfil dos candidatos aptos a participar de um PDS, diz o autor do estudo, na introdução do relatório:

A realidade da área compreendida pelo acampamento Sebastião Lan II demanda uma seleção que comporta principalmente a opção por um perfil agroecológico por parte do candidato. Noutras palavras, é possível ter algum conhecimento desse tipo de perfil avaliando o que o candidato tem apresentado em termos de produtos nos últimos 13 (treze) anos. (INCRA, 2012, p. 17)

Nesse sentido, cumpre ao técnico responsável pela elaboração do perfil considerar a prática profissional como produto dos seus agentes. Eis um desafio, pois o “que define o espaço profissional é a conjugação desses fatores contraditórios. Isso supõe apreendê-los como um produto essencialmente histórico” (IAMAMOTO, 1994, p. 103). O debate sobre a prática profissional está, no estudo de caso, diretamente relacionado à noção de produtividade, haja vista que o Incra precisa desse indicador para atender a sua própria missão institucional. E a contradição entre o presente e o passado pode ser interpretada como uma oportunidade de mudança ou como uma repetição do passado.

No que diz respeito à produção, há dados que precisam ser relativizados: em um primeiro gráfico, o autor afirma que 35 unidades podem ser consideradas produtivas (desenvolvendo algum cultivo), enquanto 54 são improdutivas. A ausência de assistência técnica, o acesso a linhas de crédito e a própria incerteza da posse da terra são riscos para investimentos. Em conversas com técnicos da Embrapa que estiveram no Sebastião Lan II, uma das surpresas deles foi a capacidade de os trabalhadores rurais desenvolverem uma técnica de cultivo de capim naquele terreno. A análise desses dados, diante da trajetória de vida dos entrevistados, indica a complexidade política das análises aparentemente econômicas.

Nesses 14 anos, por certo houve daqueles que, diligentes, conseguiram romper a barreira da pobreza absoluta. Mediante os saldos, influenciados pela proximidade, conscientes das facilidades e

novidades presentes no núcleo urbano, deslocaram seus respectivos familiares. Nesses casos, a terra passou a se constituir apenas como meio de produção. Afastou-se do domicílio familiar. Tornou-se o prolongamento do quintal. A terra insere-se, pode-se observar, na ótica das monoculturas. Lote pequeno... Intenções de latifúndio? (INCRA, 2012, p. 36)

O perfil de assentado e candidato a ser beneficiário de uma política de reforma agrária é, ao mesmo tempo, objetivo da pesquisa em análise e limite para extrapolar novas formas de organização comunitária. A identificação e a projeção de que um pequeno lote venha a ser no futuro um potencial latifúndio monocultor revelam-se como produto de uma situação de desorganização, mais do que uma premissa para selecionar os integrantes de um futuro assentamento. A existência de práticas contraditórias ao modelo de PDS surge da própria inexistência do assentamento, pois os padrões produtivos adotados não seguem as premissas dialogadas com o Incra, mas referem-se a práticas em diálogo entre a necessidade e o mercado, ou seja, um mercado que negocia com agricultores em situação de absoluta precariedade.

A crítica à idealização do perfil de assentado presente nos marcos legais não ficou alheia à descrição da comunidade pelo técnico do Incra, em dois trechos: “o morador adquiriu um modo de lidar e um domínio próprio dos problemas que assolam a localidade, não raro sabendo como agir diante das situações de crise” (INCRA, 2012, p. XLI); e, “o espaço [social] denotou, ainda que inconscientemente, um potencial para a preservação do grupo [...] os núcleos sociais tendem [...] pela busca de autoafirmação” (INCRA, 2012, p. 35).

A fotografia da comunidade rural Sebastião Lan II conta ainda com a descrição pormenorizada de cada uma das famílias entrevistadas, material riquíssimo para análise. Esses dados foram trabalhados em reunião com as lideranças das últimas duas gestões da Associação de Sebastião Lan II em 2017, de forma a contemplar o número atual de famílias no território, subsidiando um novo diálogo com o Incra.

Por fim, merece destaque a última observação do autor do estudo, no qual se revela um território em transformação pela agência humana, uma situação em que a experiência humana desafia a própria ciência, o “estudo por ora apresentado contempla situações pontuais de produção possivelmente em conflito com os dados apresentados pelos estudos da Embrapa” (INCRA, 2012, p. 16). Ou seja, a perspicácia do olhar antropológico do autor do estudo comporta, também, uma crítica à pura técnica instrumentalizada.

Fotografia ambiental

Com o título *Levantamento socioeconômico para viabilização do sistema produtivo no acampamento Sebastião Lan II e no assentamento Sebastião Lan I*, a Embrapa Solos¹² publica em 2010 um relatório, que servirá como base para a elaboração de praticamente todos os documentos posteriores. Segundo Mendonça (2012), a Embrapa carrega uma das maiores contradições da política nacional de pesquisa agropecuária, no que concerne a dois paradigmas agrários: o primeiro diz respeito a uma elite agroindustrial e financeira; o segundo relaciona-se ao atendimento a pequenos produtores para o mercado interno.

Nesse ponto, faz-se necessária uma historicização para que se possam compreender as próprias noções de “aptidão” dos solos. Além da técnica agrícola específica, acumula-se uma construção proveniente da economia política. A aptidão relaciona-se não só ao formato de agricultura a ser desenvolvida como também à possibilidade de transformação da natureza pela experiência humana. Como demonstra Mendonça (2012), é possível identificar uma trajetória na pesquisa agropecuária brasileira desde a década de 1930, momento em que os postos de pesquisa já passam a ser disputados pelas entidades patronais rurais. Fundada em 1973, a Embrapa foi a responsável por uma nova integração da agricultura com a política de capitalização do campo: “a Embrapa privilegiou a geração dos chamados pacotes tecnológicos, que induziam ao uso intensivo de insumos modernos, afinado com os interesses dos grupos agroindustriais” (MENDONÇA, 2012, p. 82).¹³

O trabalho, realizado para o Incra do Rio de Janeiro, tinha como objetivo final não um grande produtor rural, mas agricultores que deveriam previamente ser conduzidos para uma prática agroecológica. A inexistência do Estado como órgão responsável pela transição agrícola, através de cursos de capacitação, está presente nos registros da Embrapa. Devemos ter em mente que um estudo técnico sobre as práticas de uma população em transição de posição social deve contemplar não apenas as condições impostas circunstancialmente, mas a reinterpretação dos modelos induzidos por diferentes agências e campos. Assim, reproduzem-se as demandas dos agentes do Estado para a seleção dos futuros assentados, mas também

¹² Levantamento socioeconômico para viabilização do sistema produtivo e geração de renda no acampamento Sebastião Lan II e no assentamento Sebastião Lan I, no município de Silva Jardim, estado do Rio de Janeiro. Júlio Roberto Pinto Ferreira da Costa *et al.* [...]. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.

¹³ Já que a nova ‘missão’ da Empresa passou a englobar a transferência da tecnologia, materializada na criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, reacendendo o antigo embate entre pesquisadores *versus* extensionistas, estes últimos preocupados em beneficiar os pequenos produtores. Não era essa, entretanto, a diretriz hegemônica dentro da agência, sobretudo levando em conta que muitos de seus dirigentes provinham da iniciativa privada, com ênfase para o agribusiness (MENDONÇA, 2012, p. 82).

reproduzem-se as necessidades legítimas de sobrevivência desses trabalhadores.

A compreensão da posição dos futuros assentados na divisão social do trabalho, além de ser um processo reflexivo analítico, é também ferramenta para compreender que o trabalho de classificação não é exclusivamente técnico, mas essencialmente político. De tal forma que a sobrevivência dessa comunidade se dá através do desafio das previsões “apocalípticas” de inviabilidade da agricultura. Anos mais tarde, e utilizando dados produzidos pelo GT Ecosocial, a Embrapa passa a ter como universo de pesquisa um grupo de 24 famílias, cuja produção se ampliou. Mas a fadiga em relação ao número de pesquisadores que entraram e saíram do Sebastião Lan II é anunciada logo no início do relatório.

Nada mudava, nada mudou. O número de lotes mantinha-se dividido em 83 frações, da mesma forma encontrada pelo GT Ecosocial em 2002. Os pesquisadores da Embrapa procuraram construir uma análise que incluísse indicadores referentes à habitação, à infância, à moradia, à energia elétrica e ao esgotamento sanitário. Constatou-se que os recursos utilizados (escola, saúde, trabalhos temporários, recolhimento de lixo, entre outros) são provenientes, principalmente, da Prefeitura de Casimiro de Abreu.

Somando-se à divulgação do relatório sobre a situação dos lotes – e contando com os subsídios da Embrapa –, o Incra inicia a produção do Relatório de Viabilidade Ambiental. O trabalho divide-se em caracterização climática, descrição de elementos bióticos (fauna), vegetação e flora, uso e ocupação do solo, hidrologia e hidrografia, geologia, solos e aptidão agrícola dos solos. Na caracterização “Vegetação e flora” há uma descrição da Zona de Amortecimento:

A Zona de Amortecimento da ReBio, onde está inserido o Projeto Sebastião Lan, possui dinâmica vegetacional bastante característica, pois as áreas onde se verifica maior cobertura florestal são constituídas por ilhas de relevo, cuja dinâmica ainda carece de estudos mais intensos. Considerando-se que, tradicionalmente, as áreas em estágios clímax conseguem permanecer relativamente inalteradas por períodos maiores, quando da ocorrência de distúrbios, as espécies especializadas nos estágios sucessionais iniciais reproduzem-se, invadindo áreas recentemente abertas. (INCRA, 2011, p. 20)

Há o reconhecimento de um processo de degradação que ocorreu pelas atividades agropecuárias realizadas anteriormente à criação da Reserva Biológica, o que favoreceu a predominância de gramíneas como “capim gordura (*Melinis minutiflora*) e sapê (*Imperata brasiliensis*), além da samambaia” (INCRA, 2011, p. 20). Esse tipo de capim, vindo da África e introduzido no Brasil na época do descobrimento, para a constituição de pastagens, representaria um risco, na concepção dos responsáveis pelo relatório, pois comprometeria o mito de uma natureza a ser restaurada.

Na descrição das classes de adequação de uso de solo consideraram-se como aptas para a agricultura as terras com lavouras de ciclo curto, podendo apresentar produções com o devido manejo, adubação, correção de acidez e drenagem. As áreas de uso restrito referem-se às terras que podem ser utilizadas, ainda que apresentem baixa produtividade e risco moderado de inundação. As terras inaptas seriam teoricamente inadequadas ao uso agrícola, e as áreas de preservação, para conservação da fauna e da flora.

Os impactos desses estudos condenam praticamente mais da metade do território de Sebastião Lan II para o uso das famílias que lá vivem. Diante da acusação de incoerências entre o estudo e a realidade vivida, o técnico do Incra, em oficina realizada em 2016, na sede da Associação da comunidade, esclarece a relação entre essas duas “condicionantes”, a partir da exposição de mapas.

Chegamos ao Relatório de Viabilidade Ambiental, e o que ele diz: ele dá uma orientação... eu nem preciso explicar isso, quando eu fiz esse mapa eu fiz pra que as pessoas de fato olhando... pra quem não conhece computação ou assessoramento remoto olhasse isso aqui já me dissesse, não preciso dizer, vocês sabem... que que é isso daqui? Quando ocorrem esses eventos de alagamento, cada um tem um tempo, uns falam de seis em seis anos, outros falam oito em oito. Essa aqui é justamente a área que alaga. [...] A área em azul escuro é a área que alaga mais, a água fica mais funda. O azul claro mais raso, laranja e verde é a área que não alaga. Então, isso aqui foi essencial pra gente começar o trabalho. (Técnico do Incra A, 2016)

O mapa que apresenta o risco de inundação apresentado na reunião estava praticamente em azul. Pelas contribuições dos pesquisadores que trabalham com cartografia social, é possível concluir que nenhum mapa fala por si. Pelo contrário, o mapa representa uma expressão de discursos. Existe uma relação política que conduz ou é conduzida por preconceitos: “O universal encontra-se no conflito localizado, o político acha-se na luta específica” (ALMEIDA, 1995, p. 22). O azul que cobre quase todo o Sebastião Lan representa uma situação temporária que passa a ser visualizada como permanente, com o efeito político de excluir a possibilidade de uma agricultura.

Um ano antes do depoimento do técnico do Incra, no início de 2015, em uma reunião permeada por um clima de forte tensão, ouvimos dos agricultores que havia sim formas de contornar o problema das áreas com risco de inundação, mediante o aproveitamento de culturas que convivem bem com essa característica climática. Vivíamos, na época, um período de grande seca, afetando o abastecimento de água de toda a população do Sudeste e Nordeste do Brasil, com reservatórios de água operando no volume morto.

O que seria um argumento a favor da comunidade transforma-se em lição de vida para técnicos e pesquisadores em reunião na sede do Inbra. No momento em que se falava sobre a crise hídrica, motivo pelo qual deveríamos rever a licença ambiental, um dos trabalhadores rurais intervém: “Não é bem assim. [...] Pelos cálculos com meu pluviômetro, tem uma tendência de chuvas fortes de dez em dez anos. Então, no final desse ano ou ano que vem, teremos chuvas fortes” (Georges A).

Contra toda a análise técnica, meteorológica ou científica, publicada em jornais e revistas de 2015, levantou-se o argumento da experiência do campo, desenvolvida por mais de duas décadas de agricultura. Tal como se “profetizou”, em janeiro de 2016, assistimos a um verão com uma quantidade tão grande de chuvas que permitiu que os reservatórios do Sudeste saíssem do volume morto, e que a crise hídrica nacional fosse enfim retirada das capas de jornais.

Esse conhecimento, essa sabedoria, desloca-nos, como homens da cidade e pretensos donos do conhecimento. O efeito da aplicação dos estudos na área do assentamento implicaria uma intervenção que alteraria toda a estrutura construída. A resposta da comunidade aos efeitos práticos propostos pode ser bem resumida na seguinte reclamação, expressa no início de 2015 em reunião no Sebastião Lan:

Nós tivemos várias reuniões de tempo perdido.... A gente se organizou, tem gente com casa de laje, tá produzindo há tempo ... Aí veio esse projeto de assentamento, da portaria do ano retrasado, pô, modificando tudo. Zerando tudo, querendo destruir isso aqui, um patrimônio que nós lutamos, as casas do pessoal que já fizeram, as Igrejas já construíram... Derrubar tudo e começar de novo. (Georges C, 2016)

Com licença ambiental, mas sem pedir licença política

Os estudos ou técnicas para a reforma agrária culminaram numa Nota Técnica (13 de março de 2012), em que se afirma a intenção para utilizar aquela área para fins de reforma agrária. Essa nota técnica contém a proposta a ser considerada para a solicitação de Licença Prévia, assim como estabelece diretrizes orientadoras para a constituição do futuro PDS. Na nota técnica, os primeiros itens só fazem reforçar a repulsa da comunidade à proposta, calcada na invenção de uma produção coletiva, inexistente na prática, mas idealmente de acordo com outras experiências de PDS no norte do país.

Ocorre que a comunidade já se organizou em lotes individuais. Assim como havia uma grande rejeição à proposta de construção de uma agrovila, em que se concentrariam as moradias. Eles dizem: “eu não quero ouvir meu vizinho” (Geórgia A), “quero ficar onde estou” (Georges

C), “vai parecer uma favela” (Georges B). Sem encaminhar antecipadamente sua proposta para a comunidade, a Superintendência do Inbra solicita anuência para a criação e o licenciamento ambiental prévio do PDS Sebastião Lan II.¹⁴

Ainda em 2012, o ICMBio, por intermédio de sua Coordenação Regional, autoriza o licenciamento ambiental, com restrições. Os tópicos propostos pelo ICMBio restringiam ainda mais a área útil para a sobrevivência dos trabalhadores rurais. Destaca-se a seguinte consideração: “Delimitar e demarcar toda a Área de Preservação Permanente e a área de Reserva Legal do assentamento, a qual deverá ter acesso restringido às atividades de recuperação e preservação ambiental”.¹⁵ Além de a área de Reserva Legal representar mais da metade do assentamento, há a impossibilidade de manejo que não seja para fins de conservação.

A ausência de um espaço democrático para além de uma pesquisa científica ou dos caminhos burocráticos acabou por crescer, em 3 de julho de 2013, um novo capítulo ao drama vivido pelos moradores de Sebastião Lan II: a aprovação da Licença Prévia do PDS pelo Inea (LP nº IN 023670). Na prática, mais uma série de restrições. Por essa licença, a área de parcelamento dos lotes manteve-se em 259,83 ha, considerada apta quanto à classificação do solo e com baixo risco de inundação. Mas houve uma ampliação da área para Reserva Legal, ampliada para 999,14 ha.

Entre os pontos polêmicos da Licença, cabe destacar o item 9.6, referente à Restauração Florestal: “Iniciar a execução do Plano de Restauração Florestal das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal em até um ano após a sua aprovação”.¹⁶ Vale ressaltar que a restauração florestal é um instrumento utilizado não só para regularizar passivos ambientais gerados no passado, mas também para restabelecer uma vegetação que fora destruída ou degradada. Nesse sentido, não se trata de um simples manejo adequado ou de baixo impacto, mas sim da recomposição da área florestal existente anteriormente.

Os moradores alegam que a recomposição da vegetação existente na área da Reserva Legal poderia colocar em risco todo o assentamento, pois impediria a limpeza dos canais existentes no interior do PDS. A licença, portanto, iria além da prerrogativa de possibilitar uma convivência harmoniosa entre o PDS e a Reserva Biológica, condenando a comunidade rural à perda da maior parte de sua área produtiva e impedindo o manejo sustentável de mais da metade do território hoje utilizado.

¹⁴ Pedido realizado em 10 de abril de 2012.

¹⁵ Página 2, Autorização nº 025/2012. Documento do ICMBIO encaminhado para o Inbra no dia 24 de setembro de 2012.

¹⁶ Página 4. LP nº IN 023670, 3/7/2013.

Essa licença desconsiderou as duas décadas de experiência humana e sua relação com a terra, o que caracterizou uma situação de aparente embate entre as duas esferas governamentais, gerando uma dicotomia politicamente construída entre o ambiental e o agrícola. Desconsiderou, ainda, a tradição que havia na comunidade, a atual divisão dos lotes, as construções existentes, o investimento público dirigido à comunidade (como, por exemplo, a instalação elétrica, realizada através do Programa Luz para Todos) e o conhecimento prévio dos assentados – que, muitas vezes, contradiz as assertivas técnico-científicas relativas ao solo e ao processo de adaptação da comunidade ao meio ambiente. A Licença Prévia afirma-se negando a realidade, ou seja, não representa um instrumento de mudança social, mas de perpetuação da mesma forma de invisibilidade social.

Nesse sentido, as denúncias quanto a um potencial/real prejuízo para a comunidade, representado pelo tamanho da área da Reserva Legal, simplificam a complexa dinâmica social, (re)construída historicamente com os ciclos de inundação. Depois de 20 anos de experiência com a terra, a comunidade se adaptou a formas de cultivo que convivem com períodos de estiagem e de alagamentos. Culturas sazonais são atualmente praticadas tanto pela comunidade de Sebastião Lan como em comunidades rurais na Amazônia, no Pantanal e pelo mundo. O argumento de que uma área de inundação inviabiliza a agricultura não tem respaldo na experiência humana.

Considerações finais

O tempo passou. Investir na terra sem a certeza do assentamento? E o risco de ser novamente “desterritorializado”? O acampamento encontra-se cotidianamente em estado de liminaridade jurídica e econômica. O controle do Estado aparentemente faz-se necessário, pois os trabalhadores rurais estão em situação de contínua ameaça. A resposta mais provável que encontramos foram os indícios de que os moradores optaram por uma nova forma de se organizar.

Todas as assimetrias do mercado de terras (valorizações fundiárias, compra, venda ou arrendamentos), assim como a presença de intermediários ou donos de comércio local, são facilmente identificadas em trabalhos de campo. Há uma ocupação de diversos agentes externos em Sebastião Lan II, às vezes aceita pela comunidade e outras não. Os ocupantes originários e lavradores, que permanecem plantando praticamente uma cultura de subsistência, aguardam a regularização fundiária como forma de reconhecimento de direitos. Mas, de outro lado, os ocupantes irregulares (comerciantes locais e especuladores de terra) temem a regularização como uma ameaça a seus negócios.

Entretanto o movimento constante, de entrada e saída de ocupantes, aparece dialeticamente como uma forma de oxigenação da comunidade, mesmo que esse oxigênio seja carregado das impurezas, distorções e desigualdades do próprio território do Vale do São João. Assim, como num espelho em que as desigualdades por vezes são ampliadas e outras reduzidas, devemos contemplar uma comunidade que não pode ser isolada do território. Portanto, é provável que as dinâmicas internas de Sebastião Lan II mesquem-se aos aspectos organizativos aparentemente contraditórios.

É no cotidiano que se dá a reprodução das relações sociais: ele é expressão de um modo de vida em que não só se reproduzem suas bases, mas em que também são gestadas as bases de uma prática inovadora. O cotidiano não está apenas mergulhado no falso: está referido ao possível, e desvendá-lo é também descobrir as possibilidades de transformar a realidade. (IAMAMOTO, 1994, p. 102)

A reflexão sobre o cotidiano de Iamamoto (1994) encontra paralelo no debate a respeito da dialética da realidade em movimento, que inspira Karl Marx. O autor alemão refere-se às conclusões hegelianas sobre a noção de “atualidade”, ou, em tradução contemporânea, numa análise de conjuntura. Eis que a “atualidade” é um processo interativo entre a possibilidade e a realidade. O conflito, porém, além de ser a oposição entre forças existentes e forças ainda não existentes e potenciais, é, também, a resultante de duas forças antagônicas que coexistem. Portanto, a necessidade de negar e afirmar o modelo de PDS é contingente.

Do ponto de vista da correlação de forças internas, o trabalho de campo revelou, pelo menos, dois movimentos. Um deles guiado pela execução do PDS e pautado nos acúmulos e na trajetória de uma liderança formada dentro ou à margem do MST. O outro movimento político interno da comunidade, reativo à proposta apresentada, também militou nas fileiras do MST durante a ocupação, mas não de uma forma orgânica. Há vínculos políticos internos com setores da Igreja pentecostal, com comerciantes locais, com políticos de Casimiro de Abreu e com os novos membros de Sebastião Lan II.

Esses novos membros, por afinidades diversas, conquistaram relações de reciprocidade e defendem de forma mais ampla e genérica a comunidade rural (incluindo perfis que não conseguiriam entrar nos critérios do Incra). O ingresso de novos membros ao longo dos anos fez a situação de acampados tornar-se dinâmica, viva e cosmopolita, com a criação de novas redes de solidariedade e de comercialização. Novas relações com autoridades públicas locais surgiram, equipamentos novos foram incorporados e serviram aos agricultores próximos da Associação.

Um caso simbólico foi o do divórcio de um dos membros de Sebastião Lan II, em que a esposa saiu da comunidade justamente quando houve o trabalho de pesquisa dos perfis aptos para o PDS, 2010-2011. Em 2013, essa antiga ocupante retornou, reocupando um lote. A defesa de casos como esses fez com que um novo discurso tomasse a frente de Sebastião Lan: “Nós tamos aqui pra defender todos, a Associação tem que defender todo mundo, não pode fazer o trabalho do Incra de selecionar. Se a gente faz isso a gente morre” (Georges C, entrevista realizada em 2016).

Eis algumas lutas (in)glórias, quando a luta pelo assentamento se diferencia da luta pela terra; queremos dizer, quando a luta pelos que cultivam a terra combina-se com a luta pelos que especulam com a terra; ou quando a luta pela celeridade da justiça combina-se com a tática de retardá-la. Mas o tempo é uma variável constante, pois, quando o tempo atinge o corpo humano, limita-o.

Eu moro num sítio que eu tenho vergonha de levar aqui uns parceiros. Perto da minha casa só tem mato, e vão dizer assim: “esse rapaz tá aqui há 16, é um vagabundo!”... Porque eu não tenho um princípio pra tocar a minha vida. Entrei aqui com 40 anos e já tô com 59. Eu tenho lavoura, eu tenho roça porque eu tenho uns amigos que têm consideração comigo e me cedem um pedacinho... Mas tem muitos que mora dentro da área que não planta, que tá plantando nas terras dos outros, mas tá dando 20/30% do seu lucro... Eu acho isso sim que nós tinha que discutir... Nós tinha que discutir o assentamento... Nós tinha que discutir a seleção... botar as 44 famílias aqui pra discutir com as 44 famílias: vamos ver o que nós queremos... Mas tem que saber quem é essas 44 famílias! Eu tô aqui discutindo e amanhã eu vou tomar um pé na traseira e vou sair?! Eu tô discutindo boqueira? (Georges D)

Se, por um lado, a indefinição e a ameaça do tempo transformam-se em risco para alguns, por outro, o prolongamento dessa situação de indefinição quanto ao PDS apresenta-se como a possibilidade de continuidade das atividades em curso. É o caso de setores do assentamento, que criaram relações de pertencimento em relação a seu lote, estão numa zona de conforto e já têm suas raízes plantadas, casas construídas e uma dinâmica produtiva que já vislumbra o arrendamento da terra como complemento à aposentadoria. A implantação do PDS implicaria o deslocamento desses moradores para outros lotes, perda do investimento realizado, além das dúvidas sobre qual lote seria sorteado.

Aqui se apresenta uma situação de fato, um imbróglgio social e jurídico, como campo de pesquisa diante do qual diversos agentes travam uma disputa sobre legitimidades para a ordenação de um território atravessado por várias questões ambientais e fundiárias. Mas a conjuntura política do país parece inverter os sinais para a efetiva

distribuição de terras, pois, enquanto um governo progressista deslegitimou os antigos moradores do território como protagonistas no processo de reforma agrária, um governo retrógrado deslegitima e enfraquece os órgãos competentes para a execução de sua missão institucional.

A releitura dessa história aponta para uma ocupação de terra que buscou uma “inserção social”, mas produziu o efeito não planejado de reivindicar a “produtividade” em sintonia e como fruto da experiência de uma nova “moradia”. Ao demonstrar que a “moradia” produz também novas formas de “produtividade”, o preconceito sobre falta de “aptidão” e “riscos” aparece como um novo discurso estranho às superações históricas desse movimento social. Duas décadas à espera de um pedaço de terra para viver/reproduzir acabaram por criar uma comunidade que incorporou diferentes discursos institucionais como estratégia de sobrevivência, sejam esses discursos científicos, tradicionais, técnicos, econômicos ou religiosos. Mas que também conseguiu superá-los através de uma prática que contrariou os postulados das supostas autoridades de conhecimento técnico.¹⁷ Esse hiato entre a situação conjuntural do beneficiário da política de reforma agrária, nos momentos iniciais da implementação do projeto, e o seu real potencial intensifica uma contradição entre as normas legais e a dinâmica social, que exigem novas perguntas e sonhos.

A própria perspectiva dos técnicos do Incra naturaliza ou reifica um processo social de construção da identidade de assentado. Tal como o sujeito hegeliano é “a necessidade na idealidade”, o futuro assentado aparece como uma ideia sem uma conexão necessária com a realidade – um sujeito abstrato. Consoante a essa definição, ao procurarmos a ideia de um perfil de assentado para a reforma agrária, estaríamos não atrás de um futuro assentado, mas de uma ideia de assentado. Não há como dizer que um perfil ou uma vocação podem ser identificáveis sem considerar o seu devir. Ao transformar sempre a ideia (o perfil desejado) em sujeito, exclui-se o autor histórico da reforma agrária e insere-se um personagem idílico, ficcional e/ou futurístico em seu lugar.¹⁸

¹⁷ O que define, pois, o espaço profissional é a conjugação desses fatores contraditórios. “Isso supõe apreendê-lo como um produto essencialmente histórico [...]”. O espaço profissional “não deve ser visto apenas na ótica da demanda profissional já consolidada socialmente: trata-se de [...] apropriar-se das possibilidades teórico-práticas abertas à profissão pela própria dinâmica da realidade. Em outros termos: é preciso apreender as demandas potenciais gestadas historicamente, contribuindo assim para recriar o perfil profissional [...], indicando e antecipando perspectivas”... (IAMAMOTO, 1994, p. 103-104).

¹⁸ “A essência das determinações do Estado não consiste no fato de estas serem determinações do Estado, mas sim no fato de poderem ser consideradas, na sua forma mais abstrata, como determinações lógico-metafísicas. O aspecto que se torna mais importante é o da lógica e não o da filosofia do direito: o trabalho filosófico não procura encarnar o pensamento em determinações políticas, mas sim volatilizar as determinações políticas em pensamentos abstratos.

Parafrazeando Karl Marx, o perfil de assentado objetificado ou reificado nos instrumentos de reforma agrária não é o perfil de assentado. O resultado da soma dos instrumentos utilizados com a legislação em vigor não expressa uma atualidade da realidade, mas se faz para justificar as relações de poder presentes. O embrião de possibilidades de um acampamento de reforma agrária passa por um filtro que, por mais progressista que seja o autor dos instrumentos utilizados, há uma tendência em esterilizar os processos de mudança, que são incompatíveis com uma lógica burocrática, aquém de temporalidades múltiplas e de processos democráticos ainda em gestação.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos socioambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. de. *Carajás: A Guerra dos Mapas*. Belém: Seminário Consulta, 1995.
- BINZSTOCK, J. O fracasso da agricultura empresarial no Vale do São João. In: *Anais do Seminário "O estado do Rio no início do século XXI"*. Niterói: Editora da UFF, 2001.
- BOURDIEU, P. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa Participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COSTA, J. R. P. F. da et al. *Levantamento socioeconômico para viabilização do sistema produtivo e geração de renda no acampamento Sebastião Lan II e no assentamento Sebastião Lan I, no município de Silva Jardim, estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. Disponível em: <https://www.embrapa.br/solos/busca-de-publicacoes/-/publicacao/881311/levantamento-socioeconomico-para-viabilizacao-do-sistema-produtivo-no-acampamento-sebastiao-lan-ii-e-no-assentamento-sebastiao-lan-i-no-municipio-de-silva-jardim-estado-do-rio-de-janeiro>.

O momento filosófico não é a lógica do objeto, mas sim o objeto da lógica. A lógica não serve para justificar o Estado; pelo contrário, é o Estado que serve para justificar a lógica" (MARX, s/d, p. 26-7).

- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 87-113.
- IBAMA; INCRA; MPF. Termo de ajustamento de conduta perante a Vara Federal de Itaboraí – SJRJ (Proc. nº 98.0010661-8) referente à viabilidade ambiental dos assentamentos rurais e projetos de colonização e reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas. 8 ago. 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Relatório de viabilidade ambiental*. Rio de Janeiro, 2011. 119 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Relatório sobre a situação ocupacional no acampamento Sebastião Lan II, situado na área do Brejão, município de Silva Jardim, Rio de Janeiro, englobando informes sócio-econômicos-ambientais e a respectiva malha fundiária, requisitado para análises de viabilidade e consequente implantação de Projeto de Assentamento, considerando-se as demandas jurídicas condicionadas pelo Ministério Público, o Inea e o ICM-Bio*. Estudo interposto para análise. 2. versão. Rio de Janeiro, 2012. 456 p.
- LEPRI, M. C. *Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados: a reforma agrária eco-socialista do séc. XXI? In: Conferência do Desenvolvimento Ipea, 2. – Ipea. Brasília, nov. 2001*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo14.pdf>.
- MADEIRA FILHO, W.; RIBEIRO, A. M. M.; PEREIRA, M. C. de B.; PRATA FILHO, D. de A. (Coords.). *Laudo multidisciplinar em conflito socioambiental: o caso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas*. Série Pesquisas nº 2. Niterói: PPGSD-UFF, 2007.
- MADEIRA FILHO, W. Teoria do contraponto: práticas e discursos sobre Justiça Ambiental. In: MADEIRA FILHO, W. (Org.). *Direito e Justiça Ambiental*. Niterói: PPGSD/UFF, 2002.
- MARTINS, J. de S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MENDONÇA, S. R. Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa. *Revista Raízes*, v. 32, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_294.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.

MENDONÇA, S. R. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENEZES, F. (Org.). *Política agrícola e o Governo Collor*. Rio de Janeiro: Fase, 1999.

NEVES, D. P. *Assentamento rural em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. Niterói: Eduff, 1997.

PALMEIRA, M. Burocracia: política e reforma agrária. In: MEDEIROS, L. S. et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

PEREIRA, M. C. de B. Reforma agrária e meio ambiente: desafios e possibilidades em torno de conflitos envolvendo assentamentos rurais/Incra e reserva biológica/Ibama. *Floresta e Ambiente*, Seropédica, v. 14, n. 2, 2008. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/host-article-assets/floram/588e2219e710ab87018b4653/fulltext.pdf>.

RIBEIRO, A. M. Desagriculturalização. In: MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COSTA, Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da. Instrumentos da reforma agrária: um estudo de caso da Comunidade Rural de Sebastião Lan II. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 3, p. 454-482, out. 2019.

Resumo: (*Instrumentos da reforma agrária*: um estudo de caso da Comunidade Rural de Sebastião Lan II). Este artigo fundamenta-se em uma pesquisa de longa duração sobre a comunidade rural de Sebastião Lan II, um projeto de assentamento no interior do estado do Rio de Janeiro, a partir do qual refletimos sobre os instrumentos técnicos acionados pelo órgão estatal responsável pela política de reforma agrária. Apesar da impossibilidade ou da dificuldade para viabilizarmos o Projeto

de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na região do Vale do São João (Silva Jardim-RJ), pretendemos analisar duas ferramentas utilizadas como *locus* privilegiado para compreender as complexidades diante dos limites de modelos de desenvolvimento preconcebidos dos agentes do Estado: o Relatório Ocupacional e o Relatório de Viabilidade Ambiental. A análise sobre os procedimentos deste processo de ressocialização de trabalhadores rurais tende a revelar uma tensão complementar entre utopias e conservadorismos, que aparentemente negam ambiguidades e potencialidades das relações sociais em transição.

Palavras-chave: reforma agrária; Incra; relatórios; Sebastião Lan II; projeto de desenvolvimento sustentável.

Abstract: (*Agrarian reform instruments: a case study of the Sebastião Lan II Rural Community*). This article is based on a long-term research on the rural community of Sebastião Lan II, a settlement project in the state of Rio de Janeiro, from which we will reflect on the technical instruments triggered by the state agency responsible for the policy of land reform. Despite the impossibility or difficulty to carry out a viable Sustainable Development Project (PDS) in the São João Valley region (Silva Jardim-RJ), we intend to analyze two tools used as a privileged locus to understand the limits and complexities of the preconceived models imposed by State agents: the Occupational Report and the Environmental Feasibility Report. The analysis of the procedures of this process of resocialization of rural workers tends to reveal a complementary tension between utopias and conservatism, which apparently denies ambiguities and potentialities of social relations in transition.

Keywords: agrarian reform; Incra; reports; Sebastião Lan II; sustainable development project.

Recebido em julho de 2019.

Aceito em agosto de 2019.